

## CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO DE CAXIAS DO SUL

Jaison Barbosa dos Santos <sup>1</sup>

### RESUMO

A criação de um Fundo Municipal do Turismo (FUMTUR) de Caxias do Sul nasce do diagnóstico das competências e deficiências da Secretaria Municipal do Turismo (SEMTUR). O trabalho defende o fundo como uma proposta que terá potencial de transformar, impulsionar, unir e incitar a mobilização do *trade turístico* caxiense, gerando melhoria continuada do planejamento e da valorização do turismo do município, melhorias para SEMTUR serão conseqüências. Muito importante salientar que o referencial teórico que permite incorporar tese para formulação de argumentos, estudando as políticas públicas, especialmente voltadas ao turismo encontra-se em: SANTOS, Jaison Barbosa. **Criação do Fundo Municipal do Turismo de Caxias do Sul/RS**. 164. Conclusão do curso de graduação em administração de empresas, UCS, 2010. Conclui-se pela importância da criação de um fundo, antes mesmo de avaliarmos quantitativamente a evolução do turismo no município.

**Palavras-chave:** Turismo, Fomento, Fundo Municipal, Políticas Públicas, Caxias do Sul.

---

<sup>1</sup> Graduando em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul, UCS. E-mail: jbsantos@caxias.rs.gov.br

## INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe e instrui a criação de um Fundo Municipal do Turismo de Caxias do Sul, a idéia nasceu do diagnóstico das competências e deficiências da Secretaria Municipal de Turismo. Criar o FUMTUR é uma proposta geradora de melhoria continuada do planejamento e da valorização do turismo do município, melhorias para SEMTUR serão conseqüências. Muito importante observar que no referencial teórico se estuda as políticas públicas de turismo no Brasil da década de 1940 até os dias atuais, a atuação do poder público no setor e sugere direções para estas políticas, incorporando reflexões bibliográficas de trabalhos científicos e refletindo sobre a política pública municipal. Esta pesquisa divide-se em duas partes principais. Através do levantamento, estudo e análise de obras que tratam do assunto, a pesquisa empírica pôde ser fundamentada. Também se utilizou o paradigma exploratório-propositivo que permite conhecer trabalhos científicos existentes sobre o assunto e, através de análise de tais trabalhos, encontrarem proposições que fundamentem a implantação do Fundo Municipal do Turismo.

Para entender as competências da SEMTUR, diagnosticou-se a caracterização da instituição e suas áreas: Administrativa; Comercial; Materiais; Produção; Financeira e de Recursos Humanos, fazendo uma análise situacional vislumbrando a realidade e inserindo oportunidades sociais, políticas e econômicas. Também foi imprescindível o

detalhamento do universo das exigências legais e sua importância para o bom andamento da empresa pública.

Sobre estes aspectos surgem várias proposições, todas viáveis de serem implantadas, entre as principais, destacam-se algumas sugestões para a estrutura física. Porém, as que visam à melhoria na continuidade do planejamento e da valorização do Turismo do Município são: reforma da Lei Orgânica, Plano Diretor de Turismo, Divisão de Custos (no centro administrativo), Semana Municipal de Turismo (criada em 2010) e aquela que, em uma visão administrativa, teria influência sobre todos os aspectos citados, a criação de um Fundo Municipal do Turismo. Pela limitação de espaço não se detalha o diagnóstico acima descrito.

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E EVOLUÇÃO DO TURISMO NO BRASIL

Verificando o significado da palavra política pública, pode-se dizer, preliminarmente, tratar-se da: política; arte ou ciência de governar um estado. Tratar-se da: pública; uso de todos. Então entendo neste caso, que Políticas Públicas, tratam-se da ciência de governar um estado para o bem de todos.

Encontra-se material vasto na tese de Machado Weissbach, P.R.: (2010) "Subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras - RS", Edição eletrônica gratuita. O autor busca em diferentes bibliografias

significados amplos para política pública.

Quais responsabilidades da autoridade pública, quais seus papéis, neste caso Machado (2010), busca argumentação em bibliografia de Lickorish; Jenkins (2000), justificando que o poder público tem responsabilidade no desenvolvimento turístico. Machado (2010) analisa as considerações da OMT:

A Organização Mundial de Turismo (OMT) considera que a política de turismo deve ser uma parte da política econômica geral de um país e que ela é concretizada em declarações formais, tais como leis e documentos ou falas oficiais, mas que também podem ser “[...] informais e não declaradas, sendo identificadas a partir de padrões ou tendências da ação governamental.” (OMT, 2003, p. 193 apud Machado Weissbach, P.R.2010).

Machado Weissbach, P.R. (2010) o autor encontra em Atkinson e Barrow proposta de cinco ações para incentivar a participação da população em atividades turísticas, propondo as seguintes metas:

Realzar el valor de su patrimonio local, aumentando su orgullo de vivir en ese lugar. 2- Ayudar a las comunidades locales a interpretar y presentar su patrimonio, basándose en su propia percepción de su significado. 3- Complementar la regeneración económica, mejoras medioambientales e iniciativas

turísticas. 4- Ayudar a constituir o asistir a organizaciones voluntarias a iniciar y desarrollar sus propios proyectos. 5- Aprovechar el entusiasmo y conocimiento local (Atkinson e Barrow, 1994, p. 40 apud Machado Weissbach, P.R.2010).

Machado Weissbach, P.R.: (2010) explica que a participação da população serve como articuladora entre a realidade local e as ações e planejamento. Enfatizando, Bovo quando diz que:

“A participação se refere à possibilidade que os indivíduos ou grupos têm para influir, se fazerem presentes na determinação da agenda pública e também na formulação, execução e avaliação das políticas públicas.” A participação serve como um instrumento de mediação entre os interesses, revelando uma preocupação com os destinos da localidade. Neste sentido, “[...] o espaço ideal para o exercício da democracia participativa é o município onde, de fato, as demandas e as aspirações do ser humano se estabelecem.” (BOVO, 2006, p. 58 apud Machado Weissbach, P.R.2010).

Na introdução de (Silveira; Paixão; Cobos, Políticas Públicas de Turismo e a Política no Brasil: Singularidades e (des) continuidade, ciência & opinião Curitiba, v. 3, n. 1, jan./jun. 2006) fala que “durante a evolução das políticas públicas do turismo brasileiro o mesmo vem sendo

marcado por alterações abruptas de direcionamento, conduzidas pelo próprio cenário da política nacional das últimas quatro décadas”. (2006,p.02).

Silveira critica a descontinuidade nas ações públicas:

A descontinuidade nas ações do Governo Federal é notadamente marcada em tais períodos, seja na forma de governo (como ocorreu com o fim da ditadura), seja na linha filosófica (como na recente escalada do Partido dos Trabalhadores ao Palácio do Planalto). Esta tendência à descontinuidade é preocupante, pois denota fragilidade, decorrente da dependência que a atividade turística apresenta em relação às ações governamentais apontada no conjunto das relações estruturais proposto por Beni (2001), além de várias outras obras que discutem o papel do governo no turismo. Essa preocupação retoma espaço nos meios políticos e acadêmicos do país, neste momento conturbado em que, às vésperas de uma nova eleição presidencial, instaura-se um clima de incertezas que ultrapassa a normalidade. Pretende-se aqui, à luz da evolução das políticas públicas ao longo da história recente do Brasil, traçar possíveis cenários baseados na continuidade ou na descontinuidade da política iminente e suas implicações no turismo brasileiro.

Os cenários traçados por Silveira estavam com tendências

positivamente claras, observa-se em 2010 que a conjuntura política do período eleitoral não mudou em relação à polarização entre a provável continuidade da atual gestão, existindo uma grande continuidade das políticas públicas que se acreditava serem importantes, e ainda aconteceu a incorporação de planos ainda de 2002 do final do governo FHC, elaborados pelo então Ministro do Esporte e Turismo, identificando uma nova consciência administrativa pública.

Silveira detalha resumidamente uma parte da história do turismo no Brasil, neste capítulo do surgimento da EMBRATUR até o período anterior a Collor. “Ainda que, segundo Cruz (2000), o fato de a primeira política nacional de turismo ser lançada apenas em 1966, não significa que não tenha havido anteriormente outras políticas federais para a atividade” (Silveira, 2006, p.03).

Segundo a visão de Silveira o fechamento dos cassinos na década dos anos 40 é um grande exemplo da descontinuidade nas ações de governo, ele analisa:

A própria restauração, pelo Decreto-Lei 9215, de 30 de abril de 1946, da vigência do artigo 50 e seus parágrafos da Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei n.º 3688, de dois de outubro de 1941), ao serem declaradas nulas e sem efeito todas as licenças, concessões ou autorizações dadas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, para o funcionamento de 71 cassinos no Brasil, acabou por desencadear, segundo Paixão (2005), a primeira grande

descontinuidade nas ações do governo e o imediato desemprego de cerca de 53 mil brasileiros que atuavam direta e indiretamente no setor turístico. (Silveira, 2006, p.03).

Apenas vinte anos depois, da Lei que fechou os cassinos no Brasil, surge uma intervenção importante para o turismo brasileiro, a criação da EMBRATUR, conforme Silveira então:

Vinte anos depois, outro importante antecedente histórico do atual regime jurídico brasileiro surgiria com o Decreto-Lei nº 55/66 de 18 de novembro de 1966 (já revogado), que criou a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR. Marco da intervenção governamental nas ações da atividade turística brasileira define em seu caput, “a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências”. Enquanto ao Conselho cabia função normativa, à EMBRATUR eram destinadas as características executivas. (Silveira, 2006, p.03).

Para criação do Fundo Municipal do Turismo, é bastante interessante entendermos a cultura paternalista e também patrimonialista hoje percebida nos empreendedores e entidades do setor, tem sua raiz no Decreto 55/66, ainda houve neste período a divulgação de imagem do país com liberdade sexual, então para Silveira:

O artigo 13 do Decreto 55/66 coloca como atribuição da EMBRATUR “fomentar e financiar diretamente as iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria do turismo, na forma que for estabelecida na regulamentação deste Decreto-Lei ou com resoluções do Conselho Nacional do Turismo” e, mais adiante, estabelece: “ficará sob a responsabilidade da empresa a organização, promoção e divulgação das atividades ligadas ao turismo”. De igual modo manter o registro e a fiscalização das empresas dedicadas à atividade, satisfeitas as condições fixadas em normas próprias, além de estudar e propor ao Conselho Nacional de Turismo os atos normativos necessários ao seu funcionamento. Ou seja, toda e qualquer atividade relacionada ao Turismo, para que, de forma legal, pudesse atuar, deveria ser obrigatoriamente registrada, autorizada e fiscalizada pela EMBRATUR. Manteve-se tal situação até o fim da ditadura militar e, durante todo esse período, o governo deteve controle sobre o desenvolvimento do turismo divulgando a imagem do país no exterior, contextualiza da na liberdade sexual. Os reflexos são sentidos até os nossos dias. (Silveira, 2006, p.03).

É importante percebermos que a criação do órgão EMBRATUR acompanhada do Conselho Nacional do Turismo tem sido de grande

importância para o desenvolvimento do turismo no Brasil, podemos entender que o fomento público no Brasil além de estar enraizado na cultura, talvez até mesmo que inconsciente, ele é absorvido pela sociedade como indicativo de ação que terá continuidade. O FUMTUR como fomento teria esta força.

Entrando na década de 1980, e com o fim da ditadura militar, o turismo assiste a uma transformação histórica. Porém também drástica pelo fim da obrigatoriedade da classificação e do registro junto a EMBRATUR. “O turismo brasileiro sofre mudança radical em sua estrutura sob o efeito do Decreto-Lei 2.294 de novembro de 1986”. (Silveira,2006,p.04). Silveira explica:

O primeiro artigo determina que “são livres, no país, o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos, salvo quanto às obrigações tributárias e às normas municipais para a edificação de hotéis”. Foi o estopim para a repercussão drástica, com a abertura desordenada de agências de viagens advinda dificuldades ao setor, apesar do meritório objetivo de melhorar a qualidade dos serviços, com a retirada da tutela do Estado. Era o fim da obrigatoriedade da classificação e do registro junto à EMBRATUR das empresas turísticas e, com isso, o fim da própria instituição nos moldes até então concebida. [...]. (Silveira, 2006, p.05).

“Com a abertura política e o fortalecimento do pensamento

neoliberal [...], não era mais concebível o controle do Estado com mãos-de-ferro sobre a iniciativa privada, e, assim, a estatal inicia uma nova fase”. (Silveira,2006,p.05). [...] “Mudanças radicais transformaram o cenário político nacional e, por conseguinte, as políticas públicas de turismo” (Silveira, 2006, p.04). **De Collor a FHC**, O pluripartidarismo marca profundamente o turismo, por dispersar as políticas públicas federais, estaduais e municipais, por causa das divergências de ideologias, ou seja, partidos diferentes assumem níveis distintos de governo. As mudanças na estrutura política do país trouxeram de volta, a partir do governo Sarney, entre outras características da democracia, o pluripartidarismo. [...] “Os gargalos originais decorrentes das relações entre estados e municípios que eram situação ou oposição ao Governo Federal se multiplicam e potencializam-se em função da intrincada rede de relações político-partidárias, enfraquecendo inclusive o poder de influência da EMBRATUR.” (Silveira, 2006, p.05).

Durante o governo Collor em março de 1991 ocorre uma nova mudança na EMBRATUR, com a Lei 8.181 a sede da EMBRATUR muda do Rio de Janeiro para Brasília, transformando-a numa autarquia, Silveira relata que a alteração da EMBRATUR empresa para autarquia, “implicou uma reformulação quase que total do corpo técnico do órgão, já que os funcionários (em fim) de carreira, em sua grande maioria, preferiram ser transferidos para outros órgãos

federais com sede no Rio de Janeiro, evitando assim a mudança para a Capital Federal.” (Silveira, 2006, p.06). [...] “do novo período democrático brasileiro, entre o (breve) governo Collor, passando pelo “mandato tampão” de Itamar Franco, até chegar ao governo FHC, o fosso que separou a EMBRATUR da trade e da atividade turística como um todo foi aumentando gradativamente.” (Silveira, 2006, p.06).

“O processo foi se intensificando, a ponto de, na mudança dos critérios de classificação hoteleira por estrelas (exclusiva daquele órgão público no Brasil), gerar cisão na parceria com a ABIH (Associação Brasileira da Indústria Hoteleira).” (Silveira, 2006, p.06). Silveira detalha:

Ainda que – após ter sido revogado o DL 55/66 – não houve uma política de turismo formal, é preciso considerar que “política pública é tudo que o governo decide fazer ou deixar de fazer” (DYE, 1992, p. 2 apud HALL, 2001, p. 26), e pode-se afirmar que as ações governamentais da época afastavam a EMBRATUR da realidade turística nacional. Quando a situação estava insustentável, Collor assina o Decreto 448/92, da Política Nacional de Turismo, regulamentando dispositivos da Lei nº 8.181/01, e propondo inovações em suas diretrizes, como a prática do turismo como forma de promoção da valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do

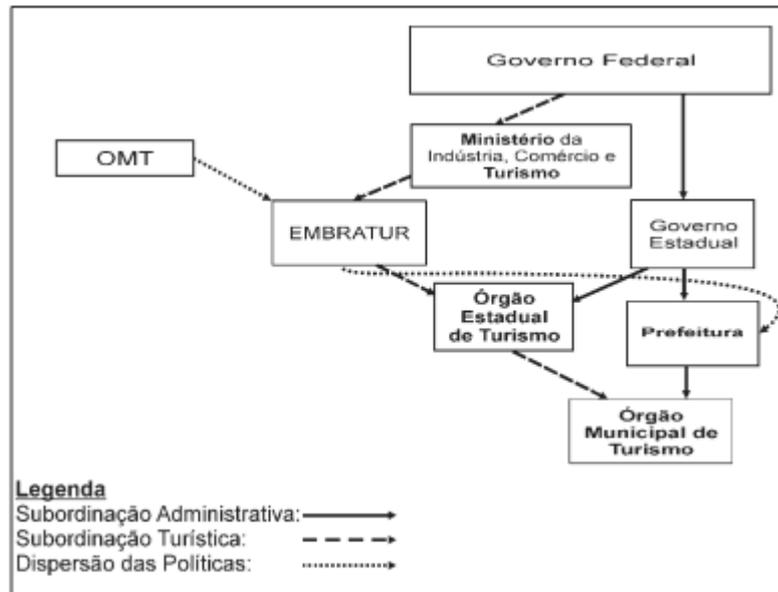
país “e a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico”. (Silveira, 2006, p.06 e 07).

Estas políticas públicas não estão reduzindo disparidades regionais, não conseguem oferta de emprego, muito menos distribuir renda, Silveira diz que neste período:

Quinze anos se passaram e os principais objetivos desta política, como a redução das disparidades socioeconômicas regionais, por meio do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda, estão bem longe de serem alcançados. Em seguida – nesse contexto –, adota-se a idéia proposta pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 1994) de que o turismo ocorre efetivamente nos destinos, ou seja, nos municípios, e que são os municípios os verdadeiros conhecedores das potencialidades do território onde residem. A EMBRATUR começa então a repassar as diretrizes de desenvolvimento diretamente às prefeituras, baseando-se na participação comunitária e na formação de conselhos, o que norteará a estrutura política do governo FHC. (Silveira, 2006, p.07).

“A estrutura do turismo no Brasil (e a conseqüente dispersão das políticas públicas) passa a ser da forma representada na figura a seguir.” (Silveira, 2006, p.06).

**Figura 22: Estrutura Política do Turismo Brasileiro nos Anos 1990.**



Fonte: adaptado de Silveira, 2006.

Segundo Silveira, a municipalização ganha força no governo Itamar Franco, o que irá influenciar a Política Nacional de Turismo:

influenciou a Política Nacional de Turismo da gestão seguinte, em princípio, uma continuidade deste. (Silveira, 2006, p.08).

O fluxo de encaminhamento das políticas transferido diretamente do órgão oficial de turismo para as prefeituras, que por sua vez multiplicariam as idéias nos municípios, solucionava em parte as possibilidades de interrupção do processo. Os órgãos estaduais passaram a ser parceiros do processo de municipalização e deixaram de ser representantes das políticas federais nos estados. Dessa forma a municipalização ganhou força e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, cujo surgimento se deu no governo Itamar Franco,

Na atualidade a política de turismo nacional acha-se explicitada no Plano Nacional de Turismo editado pelo Ministério do Turismo e cujas formulações destinam-se para o período de 2003-2007 / 2007-2010. Neste documento a atividade é concebida como um instrumento de crescimento social e econômico que busca a desconcentração de renda por intermédio da regionalização, interiorização e segmentação (MTUR/PNT, 2005). É intenção deste documento que o turismo seja uma fonte geradora de empregos e ocupações, aproveitando os produtos turísticos regionais baseados na

genuinidade e identidade cultural do povo brasileiro. A gestão turística nacional no que se refere às políticas de turismo é gerida pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, órgão do Ministério do Turismo, e cujo objetivo é elaborar, analisar e avaliar a execução da política nacional de turismo (MTUR/ORGANOGRAMA, 2006).

A EMBRATUR no atual Governo, que, com a nova estrutura do Ministério ligado ao turismo “passa a cuidar exclusivamente da promoção do país no exterior e a centralizar a elaboração de estudos e pesquisas para orientar os processos de tomada de decisão, avaliar o impacto da atividade turística na economia nacional e formatar novos produtos e roteiros turísticos” (BENI, 2006). Suas funções são muito mais limitadas que as executadas pelo órgão desde sua criação até o Governo anterior. (Silveira; Paixão; Cobos, 2006), vislumbra dois cenários para conjunturas relacionadas às políticas públicas para o turismo no Brasil de 2007. Silveira diz que o primeiro (da continuidade) trata:

Da intensificação da regionalização e do processo de roteirização, que já vem mostrando resultados tangíveis. O 2º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, realizado em São Paulo, realizado na primeira semana de junho de 2006, apresentou 396 roteiros ao redor do Brasil, envolvendo 1027 municípios em 149 regiões turísticas brasileiras. No evento, o Ministério do Turismo lançou o ‘Projeto Vai Brasil’ em parceria

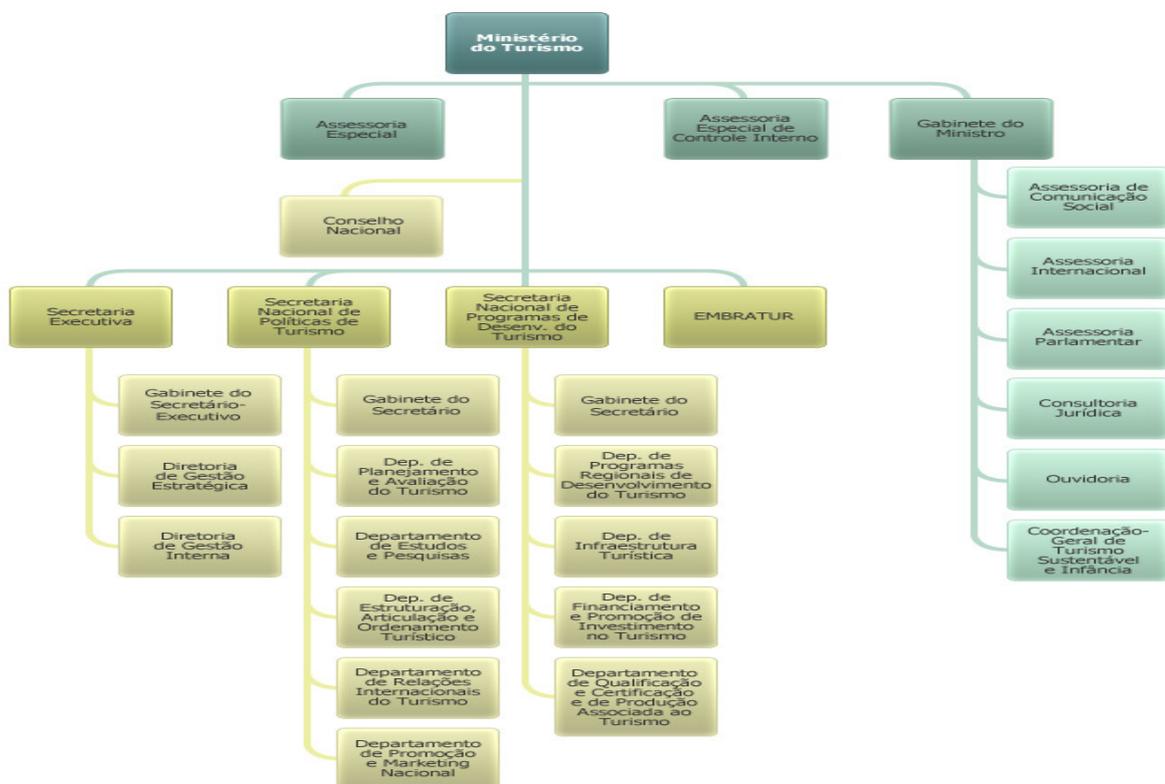
com a Associação Brasileira de Operadores de Turismo e a Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), que pretende oferecer pacotes turísticos para estes destinos a preço reduzido na baixa temporada (<http://institucional.turismo.gov.br/mintur/parser/salao/acessado> em 14 de junho de 2006).

A segunda possibilidade é:

A do provável retorno da municipalização, que ao longo de seus anos de existência fomentou o desenvolvimento endógeno do turismo com forte apelo comunitário. Este cenário poderia incluir o (re)empoderamento da EMBRATUR como Órgão Oficial de Turismo Nacional, ainda que com provável influência da estrutura atual, já que o trade dificilmente aceitaria um retorno do turismo a um Ministério múltiplo. Não obstante, a questão para o futuro, independente de quem assuma o comando da Nação, implica a finalidade maior da atividade turística enquanto instrumento para melhorar a qualidade de vida da população brasileira. Embora o turismo tenha gerado divisas na ordem de US\$ 421 milhões no mês de março de 2006, colocando o setor na terceira posição do ranking das exportações brasileiras perdendo apenas para as indústrias de ferro, petróleo e automóveis, o próprio ministro Mares Guia admite que cerca de 65% do povo brasileiro não faz sequer uma viagem ao ano

devido à baixa renda familiar (<http://www.turismo.gov.br> acessado em 12 de junho de 2006).

Mesmo desfecho apontado em 2007 ocorre em 2010, Dilma (representante da continuidade Lulista), é eleita presidente do Brasil. A figura 21 comparada com figura 22 mostra o avanço na estrutura política e administrativa do turismo brasileiro:



**Figura 22: Estrutura Política do Turismo Brasileiro em 2010**

Fonte: Ministério do Turismo, 2010.

## REFERENCIAL TEÓRICO DE CAXIAS DO SUL

Algumas dissertações já foram desenvolvidas sobre o tema turismo focadas em Caxias do Sul. Michelom (2002) estudou a formação do Cluster Turístico da Serra Gaúcha.

Santos (2003) aborda a situação do Turismo de eventos em Caxias do Sul. Destaca a importância deste segmento para o desenvolvimento do Turismo Local. O estudo aponta que Caxias do Sul "... tem potencial para receber novos eventos de negócios, tendo em vista seu potencial

econômico... mas defronta-se com a falta de um local apropriado” (SANTOS, 2003, p. 95).

Tomazzoni (2002) propõe uma forma de relacionamento entre as diversas entidades de Caxias do Sul envolvidas na realização de feiras de negócios.

Zottis (2003) estudou a Festa da Uva e a contribuição dos seus cartazes de divulgação na construção da imagem turística da cidade.

Terezinha Hass e Norma Martini Moesch coordenaram um estudo de graduação, em que os alunos traçaram o perfil sócio-econômico e cultural dos visitantes e seu nível de satisfação, quanto aos serviços e infra-estrutura turística. A partir da análise de 258 questionários, chegaram à seguinte conclusão:

(...) a qualidade da oferta turística em Caxias do Sul ainda é fator que exige atenção e investimentos por parte da Prefeitura Municipal, via órgão responsável pelo Turismo; o comércio, a rede hoteleira e pela comunidade em geral, no sentido de profissionalizar o setor, bem como capacitar recursos físicos e humanos para melhor desenvolvimento das atividades de todas as suas áreas (ROSO et al, 1999, p. 49).

A UCS já realizou, através do curso de graduação, inventário turístico da cidade de Caxias do Sul, em 2003. Em 2004, foi realizada uma pesquisa sobre o perfil dos visitantes da cidade. Muitas edições da Festa da Uva tem sido alvo de pesquisas.

No ano de 2003, Juliana de Souza Dartora escolheu o tema *Turismo e seus discursos: Percepção e atribuição na cidade de Caxias do Sul/RS* para elaborar a sua dissertação de mestrado. Finalizou o trabalho, em 2005. Dartora analisou a percepção dos trabalhadores do setor hoteleiro de Caxias do Sul. Ouviu 30 sujeitos no total. A maior parte dos gerentes, proprietários e mesmo funcionários dos hotéis afirma receber poucos turistas de lazer e muitos turistas de negócios. Segundo eles:

“(...) a relação da cidade seria frágil e deixaria muito a desejar. (...) eles estariam falando da relação de Caxias do Sul com o Turismo de lazer, já que o Turismo de negócio seria satisfatório. (...) reduzida acessibilidade de horários (...) aos pontos turísticos (...) mostrariam certa preocupação destas pessoas com um turismo ainda pouco difundido (...) segundo eles, muitas vezes não se disponibilizaria a conhecer a cidade como um destino turístico, tendo em vista os empecilhos citados”. (DARTORA, Juliana de Souza. *Turismo e seus discursos: Percepção e atribuição na cidade de Caxias do Sul/RS*, 136f. Tese (Mestrado em turismo), UCS, 2005).

Em meio à dificuldade que os entrevistados tiveram para comentar as vantagens de Caxias do Sul para o turismo, uma delas foi a mais citada pelos sujeitos: Para os entrevistados, a cidade é grande, oferece tudo aquilo que as pessoas que vem de

fora procuram (...) parecem não considerar que outros destinos na região, por eles considerados mais desenvolvidos turisticamente, são todos menores do que Caxias do Sul (...) não se pode afirmar que uma característica exclui a outra (...) seria possível afirmar que os outros oferecem mais (...) a mídia pode estar contribuindo com esta percepção.

A percepção dos entrevistados é de que:

A cidade pode orgulhar de seu vasto setor industrial e do reconhecimento nacional como pólo metal mecânico. Ao mesmo tempo, nota-se certo sentimento de perda em relação aos reduzidos incentivos no setor turístico da cidade. (DARTORA, Juliana de Souza. Turismo e seus discursos: Percepção e atribuição na cidade de Caxias do Sul/RS, 136f. Tese (Mestrado em turismo), UCS, 2005).

Nos resultados da pesquisa, os sujeitos não consideraram satisfatória a relação de Caxias do Sul com a atividade turística quando a cidade é comparada a municípios vizinhos. Isso é atribuído a dois fatos: outros municípios estão permanentemente na mídia e a atividade industrial é predominante em Caxias do Sul.

## **CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO**

O fortalecimento das políticas públicas, de incentivo ao turismo para o Município de Caxias do Sul tomou consistência durante a 1ª Semana

Municipal do Turismo de Caxias do Sul, aprovada em 1º de Setembro de 2010, o projeto de Lei nº 122/2010, contido no processo nº 156/2010, proposto pelo poder executivo, determinou a realização da Semana Municipal do Turismo, na última Semana de Setembro, aliando as comemorações ao dia 27 de Setembro (Dia Mundial do Turismo).

A caminhada no percurso desta conclusão de curso tem uma certeza sempre presente, constante e perceptível, o turismo não existe sem “relação”. Esta relação é estabelecida sobre as muitas realidades que permeiam e povoam nosso mundo social, que são Sociais e Singulares. O Professor Pedrinho Guareschi, teólogo, filósofo e mestre em Psicologia Social, diz no seu livro *Psicologia Social Crítica como Prática de Libertação*: “Se eu quiser formular com clareza o que tenho em mente, diria que é uma viagem em busca de libertação, de felicidade.”

Guareschi lembra afirmação famosa de Sócrates “Conhece-te a ti mesmo!”, com esta reflexão ele propõe que o ponto de partida somos nós mesmos, cada um de nós.

Conforme Guareschi, então avaliaremos a estima de “nós” caxienses com relação ao nosso turismo. Nesse sentido, os estudos de Mestrado em Turismo de Juliana de Souza Dartora (2005) concluem: “... a realização de uma ação dependerá unicamente de outra. Ou seja, em Caxias do Sul, já que as forças ambientais parecem não contribuir para um melhor aproveitamento do turismo, o incremento da atividade seria

*dependente das forças pessoais... são pequenas e não têm poder de força suficiente para transformar o setor.* (DARTORA, Juliana de Souza. Turismo e seus discursos: Percepção e atribuição na cidade de Caxias do Sul/RS, 136f. Tese (Mestrado em turismo), UCS, 2005).

Para Guareschi, a relação é determinante nas decisões. Ele descreve:

Quando investigo uma sociedade a partir das relações, vejo como a sociedade é nesse momento e, junto com isso, por que ela chegou a ser o que é sua história. Isso porque é da tensão existente nas relações que surgem as instituições e os diferentes regimes políticos. Quando digo, então, que o Brasil é uma formação social capitalista, estou me dirigindo ao seu âmago e mostro que existem, no fundamento dessa sociedade, determinadas relações (no nosso caso, relações de dominação, de exploração que permitem uma hegemonia do capital sobre o trabalho) que decidem, posteriormente, que tipo de regime político mais interessa a quem detém o poder de decidir, no confronto entre as relações; os que detém a hegemonia podem querer uma república, ou monarquia, um regime parlamentarista, um regime sindicalista etc., como melhor lhes convier. (GUARESCHI, 2009, pag. 106).

Compreendo, então, que da tensão gerada pela sociedade caxiense

nasceu a SEMTUR, ou seja, no âmago, no desenvolvimento desta sociedade, determinadas relações estão umbilicalmente ligadas, a sociedade aguarda de quem detém o poder (consciente ou inconscientemente) que decida qual ação tomar.

Conforme Guareschi, para quem agir ativamente, de modo positivo, existem dois tipos de ação: no primeiro, eu faço alguma coisa e o efeito é visível; no segundo, eu impeço, devido à minha ação, não acontece nada.

Já, para quem agir negativamente, ainda segundo Guareschi, existem dois tipos de ação: no primeiro, eu permito e alguma ação acontece, o efeito é visível; no segundo, eu omito-me, devido à minha ação, não acontece nada. Em afirmativa muito ilustrativa de Michel Lowi, com referência à questão, diz ele: "*No rio da história não há contempladores do rio: nós somos o rio!*" (LOWI apud GUARESCHI, 2009, pag. 106).

No caso da criação do fundo municipal do turismo, a mudança acontecerá a partir das relações fundamentais que constituem o *Trade* turístico, dentro de um enfoque histórico e crítico, a que se costuma chamar de revolução.

## **TEMA DA PROPOSTA, CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA**

O tema da proposta é CRIAR O FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO.

A capacidade operacional da SEMTUR reduzida pelo pequeno

número de profissionais, pequena infra-estrutura física e ainda um resumido orçamento mantém a desmotivação do *Trade Turístico*. Com isso, surge “o principal problema: falta de mobilização que não incita a priorização de melhorias para o setor Turístico no Município”.

O Objetivo Geral é conquistar, no mínimo R\$800.000,00 para prestar apoio financeiro a projetos de natureza turística. Os recursos deverão ser oriundos de dotação orçamentária própria, de receitas provenientes de impostos já constituídos, captando do ISSQN 1,0%, no mínimo, e 2,0%, no máximo, e ou captando do IPTU 1,0%, no mínimo, e 2,0%, no máximo. Os Objetivos Específicos são: a) mobilização e auto-valorização do setor turístico; b) implemento automático anual de orçamento para a SEMTUR; c) através do impulso para o *Trade Turístico*, trazer para pauta do plano de ações as outras necessidades da SEMTUR.

A SEMTUR e outras secretarias, em especial as que são jovens, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e a Secretaria Municipal de Cultura são belos exemplos de perseverança, pois nasceram da pressão popular ou da organização daqueles que tinham interesse em alavancar estes setores através do poder público e percebiam estas mudanças ocorrendo a nível nacional. Avaliando nossas influências regionais (Gramado e Bento são indutores de Turismo, segundo o Ministério do Turismo), o turismo deve ser considerado como

uma importante estratégia de desenvolvimento econômico, social e cultural do espaço do Município. Vale ressaltar que Caxias do Sul é privilegiada em termos de oportunidades para exploração do turismo, em função dos recursos, atrativos e infra-estrutura que possui. Além disso, sua localização estratégica no MERCOSUL e na Serra Gaúcha é fortalecida pelo envolvimento de vários atores sociais. Nesse contexto, a criação de um Fundo Municipal seria a continuidade de um trabalho e daria a oportunidade de respondermos positivamente às movimentações históricas que são prova de acerto e amadurecimento.

O parágrafo anterior orienta-se no trabalho científico apresentado na III Conferência Internacional de Desenvolvimento Urbano em Cidades de Fronteira, em 2009: Território fronteiro do Brasil, Paraguai e Argentina: o turismo como elo de integração, BIESEK, Ana Solange, MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. Nas conclusões finais os autores avaliam as influências regionais e dizem:

O turismo deve ser considerado como uma importante estratégia de desenvolvimento econômico, social e cultural do espaço trans-fronteiro do Brasil, Paraguai e Argentina, tendo em vista que é um território privilegiado em termos de oportunidades para exploração do turismo, em função dos recursos, atrativos e infra-estruturas que possuem, bem como sua localização estratégica no MERCOSUL,

fortalecidas pelo envolvimento de vários atores sociais.

É notável a força do empreendedorismo do Caxiense, no caso do turismo, o fomento, o estímulo é extremamente necessário. Ele é propulsor. Porém, sozinho o empreendedor não tem capacidade de solucionar todas ou parte das demandas. Para BOULLÓN:

“o produto turístico é o resultado da soma de recursos naturais, culturais e dos serviços oferecidos aos turistas, sendo formado pelos mesmos bens e serviços que fazem parte da oferta turística. Complementa o autor (2002) que o setor turístico sozinho não tem capacidade de fornecer soluções para suas demandas, posto que a dimensão delas supere seu orçamento e sua capacidade operativa. (BOULLÓN, 2002 apud BIESEK, Ana Solange, MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos, TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DO BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA, 9 f. Tese na III Conferência Internacional desenvolvimento urbano em cidades De Fronteira em 2009).

Caxias do Sul além de centro do MERCOSUL e da Serra Gaúcha possui ótimos atrativos turísticos que constituem a razão do deslocamento do turista que, segundo Bollón (2002), “podem ser divididos em: naturais (montanha, rios e outros), museus e manifestações culturais e históricas, folclóricos (manifestações

religiosas, comidas e outros), realizações técnicas, científicas ou artísticas e eventos”.

A criação do Fundo Municipal trará resultados estratégicos para o Turismo em Caxias do Sul, será uma forma de sustentabilidade e desenvolvimento do setor. Será um instrumento de integração do *Trade Turístico* e do Poder Público Municipal através da SEMTUR.

## **SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO E A AUTO-ESTIMA DO TRADE**

A percepção, constante no diagnóstico da SEMTUR, é de que: sua capacidade reduzida é amplificadora da desmotivação do *Trade Turístico*. Esta fragilidade na Auto-estima do Caxiense em relação ao turismo desta cidade, quando relacionada com as conclusões do Mestrado em Turismo de Juliana de Souza Dartora (2005), somam-se. Dartora conclui:

Poder-se-ia considerar como forças ambientais, no caso de Caxias do Sul, a estrutura da cidade e a própria economia que sustenta e emprega a maior parte da população. Conforme Heider, se uma destas forças não existir, a realização de uma ação dependerá unicamente de outra. Ou seja, em Caxias do Sul, já que as forças ambientais parecem não contribuir para um melhor aproveitamento do turismo, o incremento da atividade seria dependente das forças pessoais. Porém, um dos resultados que a pesquisa parece indicar é justamente que as

forças pessoais, apesar de existirem, são pequenas e não tem poder de força suficiente para transformar o setor. (DARTORA, Juliana de Souza. Turismo e seus discursos: Percepção e atribuição na cidade de Caxias do Sul/RS, 136f. Tese (Mestrado em turismo), UCS, 2005).

Dentre as melhorias necessárias para SEMTUR, a criação do “fundo municipal do turismo” é que mais rápido impulsionaria a mobilização e auto valorização do setor turístico, além do implemento automático de orçamento para a SEMTUR. O presente do turismo é marcado pela virtude do passado a que a cultura nos remete e pela necessidade de alavancarmos para o futuro, um dos elementos principais para a dignidade humana, o trabalho. O turismo busca fortalecer-se da vocação natural e incorporar sua tendência extrema de relacionar-se com o todo, respeitando e explorando a condição de diversidade econômica

do município e sua classificação neste contexto.

O ambiente político pode nutrir o poder da mobilização e a capacidade de alavancar recursos; monitorar; avaliar; exigir; estimular e, acima de tudo, propor. Embora notável a força do empreendedorismo do caxiense, no caso do turismo, o fomento e o estímulo são extremamente necessários, eles são propulsores.

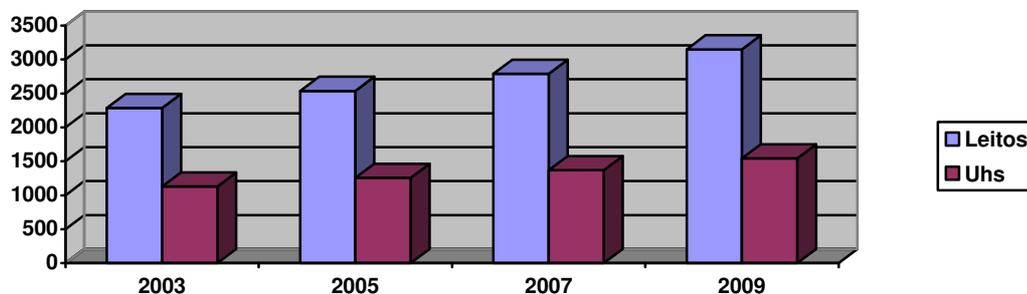
## **IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA DO FOMENTO PÚBLICO AO TURISMO DE CAXIAS DO SUL**

A criação da SEMTUR serve como base de análise, observando os hotéis, quanto ao seu crescimento e à sua arrecadação de ISSQN, a partir de 2003 até 2009. Em 2003, ano da criação da SEMTUR, existiam, em Caxias do Sul, 1130 Unidades Habitacionais e 2283 Leitos. Em 2009, são 1544 Unidades Habitacionais com 3154 Leitos. A tabela 1, figura 1.

Ano	2003	2005	2007	2009
Leitos	2.286	2538	2789	3.148
UHs	1.130	1256	1369	1.544

**Tabela 1: Tabela do Gráfico de Leitos e Uhs, 2003-2009**

Fonte: SHRBS



**Figura 1: Gráfico Leitos e Uhs, 2003-2009**

Fonte: SHRBS, Elaboração do Gráfico: Equipe SEMTUR/LABTUR

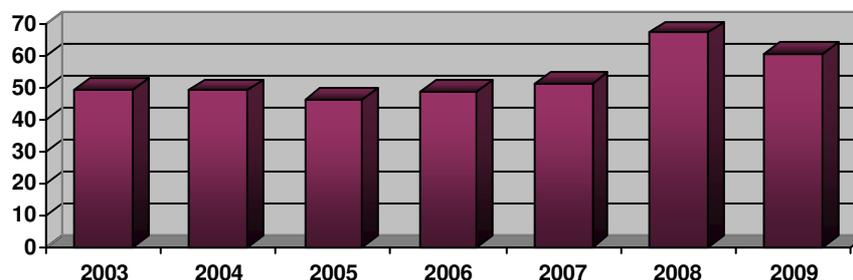
A taxa de ocupação hoteleira de Caxias do Sul, em 2003, era de 49,39%. Em 2008, a ocupação chega a 67%. Já, em 2009, em virtude da

gripe A, chega a 60,43%. A tabela e o gráfico abaixo demonstram a projeção considerando a média de 2003-2009.

ANO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Média	49,39%	49,05%	46,19%	48,66%	51,51%	67,18%	60,43%

**Tabela 2: tabela do gráfico da taxa de ocupação, 2003-2009.**

Fonte: SHRBS. Elaboração do Gráfico: Equipe SEMTUR/LABTUR.

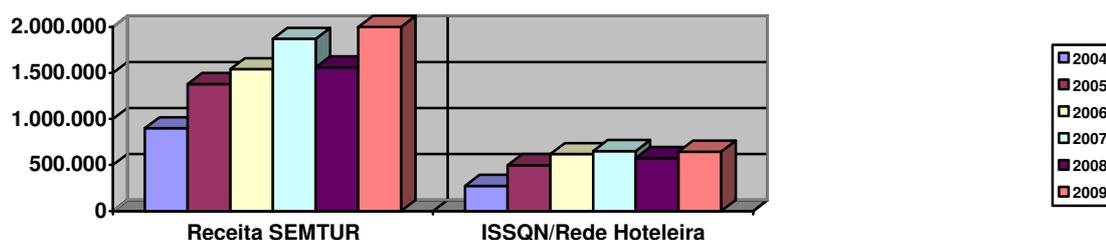


**Figura 2: Gráfico da taxa de ocupação, 2003-2009.**

Fonte: SHRBS, Elaboração do Gráfico: Equipe SEMTUR/LABTUR.

Então, teríamos em 2003, segundo o Sindicato de Hotéis, 1125 leitos ocupados. Se mantivéssemos a quantidade de leitos de 2003, teríamos em 2009, uma taxa de ocupação de 83%. Estes dados demonstram que, a partir de 2003, ano da criação da SEMTUR, aumentou a quantidade de Unidades Habitacionais e Leitos. Naturalmente, a arrecadação aumentou, o número de empregos aumentou. Porém, se mantivéssemos a mesma quantia de leitos, teríamos hoje a ocupação

quase que total. Isso explica uma sustentabilidade responsável do setor hoteleiro, ao mesmo tempo em que demonstra o crescimento importante a partir do nascimento da SEMTUR. No ano de 2003, o recolhimento de ISSQN na rede hoteleira de Caxias do Sul é de R\$274.672,53, em 2004; R\$385.660,92, em 2005; R\$499.117,07, em 2006; R\$619.319,41, em 2007; R\$651.236,90, em 2008; R\$575.453,83, em 2009; R\$644.978,00.



**Figura 3: Receita SEMTUR e arrecadação ISSQN**

Fonte: SEMTUR 2010

Ano/R\$	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receita SEMTUR	900.000	1.380.000	1.540.000	1.870.000	1.560.000	2.000.000
ISSQN/Rede Hoteleira	385.000	499.000	619.000	651.000	575.000	645.000

**Tabela 3: Tabela Referente Em R\$**

Fonte: SEMTUR 2010

## CONCLUSÃO

Em Caxias do Sul, os sujeitos não consideram satisfatória a relação da cidade com a atividade turística. Porém, há poucos anos, os caxienses não viam a cultura de forma positiva. Hoje o crescimento da

Cultura em Caxias do Sul é visível: todos concordam com isso. A Secretaria da Cultura nasceu possuindo seu Fundo Municipal. A criação do fundo municipal do turismo ocorrerá, na forma da Lei, e as mudanças acontecerão a partir das relações fundamentais que

constituem o *Trade* turístico, dentro de um enfoque histórico e crítico, que se costuma chamar de revolução. O estudo analisa e mostra a evolução do turismo no Brasil e em Caxias do Sul, oportuniza analisarmos a influência destas políticas públicas para o turismo. Examinar as reações das ações históricas, o que acarretam para nosso *Trade*, embora seja um ato complexo, fez-se necessário. Uma maneira de analisar estas reações é observarmos se a ação, criação da SEMTUR, trouxe resultados. Resumidamente, provoço a reflexão quantitativa (economia) de uma mudança a partir da criação da SEMTUR, e não reforma, o que aconteceria com a criação do FUMTUR seria a continuidade e aperfeiçoamento desta mudança.

[http://www.romanzini.adm.br/r\\_ucs/download/normas2006\\_ucs.pdf](http://www.romanzini.adm.br/r_ucs/download/normas2006_ucs.pdf)

## REFERÊNCIAS

SANTOS, Jaison Barbosa. **Criação do Fundo Municipal do Turismo de Caxias do Sul/RS**. 164. Conclusão do curso de graduação em administração de empresas, UCS, 2010.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia Social Crítica: como prática de libertação** - 4ª Ed.rev.ampl. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

## FONTES INTERNET:

<http://seminturjr.blogspot.com/>

<http://www.ucs.br/ucs/tpiSeminTur2010/posgraduacao/strictosensu/turismo/semintur/anais/gt04>